

Município de COLINAS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

| RECEITAS REALIZADAS                                    | 2016 | 2015 | 2014 |
|--|------|------|------|
| SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2014                 |      |      | -    |
| RECEITAS DE CAPITAL                                    | -    | -    | -    |
| ALIENAÇÃO DE ATIVOS                                    | -    | -    | -    |
| Alienação de Bens Móveis                               | -    | -    | -    |
| Alienação de Bens Imóveis                              | -    | -    | -    |
| Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens |      |      |      |
| TOTAL  | -    | -    | -    |

| DESPESAS EXECUTADAS                           | 2016 | 2015 | 2014 |
|---|------|------|------|
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS |      |      |      |
| DESPESAS DE CAPITAL                           | -    | -    | -    |
| Investimentos                                 |      |      |      |
| Inversões Financeiras                         |      |      |      |
| Amortização da Dívida                         |      |      |      |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.     | -    | -    | -    |
| Regime Geral de Previdência Social            |      |      |      |
| Regime Próprio dos Servidores Públicos        |      |      |      |
| TOTAL   | -    | -    | -    |
| SALDO FINANCEIRO                              |      |      |      |
|   | -    | -    | -    |

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2014, 2015 e 2016).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."